

As fazendas históricas na formação da paisagem cultural piauiense: conceitos e definições teóricas

Historic farms in the formation of Piauí cultural landscape: concepts and theoretical definitions

¹ Neuza Brito de Arêa Leão Melo neuza.melo@universo.univates.br

² Neli Galarce Machado

¹ Arquiteta e Urbanista – ICF – Instituto Camillo Filho; Mestre em História do Brasil – UFPI – Universidade Federal do Piauí; Doutoranda do PPGAD - Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento – UNIVATES - Universidade do Vale do Taquari/RS. Professora no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA; e na UniFacid | Wyden - Centro Universitário UNIFACID.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Unviersidade do Vale do Taquari/RS. Univates.

Resumo

As fazendas estabelecidas entre os séculos XVII e XX são, ao longo do tempo, grandes motivadoras econômicas e indutoras da formação do Piauí e, ainda, da urbanização de algumas das cidades mais antigas do Estado. Busca-se a discussão sobre cultura com base no patrimônio material a partir do estabelecimento das fazendas para formação dos núcleos urbanos piauienses. O objetivo deste artigo é discutir os conceitos e referências norteadoras sobre a paisagem cultural, em especial a do Piauí, formada por núcleos rurais como as fazendas, de arquitetura peculiar, em consonância com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que a constituíram, a fim de contribuir para o entendimento, desenvolvimento, uso e valorização do ambiente rural na produção da paisagem cultural. Espera-se com este estudo, basicamente teórico e conceitual, contribuir para a produção de conhecimento, oferecendo contributos para avaliação de políticas públicas, rurais e urbanas, setoriais e específicas que resultam na preservação do patrimônio cultural edificado do ambiente rural. Este estudo tem perfil bibliográfico e exploratório e entende-se a pesquisa aqui defendida como aplicada, pois dedica-se à produção de conhecimento, em busca de ações para o melhor usufruto do meio ambiente. A partir da análise feita constatou-se a relevância desses espaços na produção de lugares e de paisagens culturais que envolvem o pensar acerca do patrimônio histórico e ambiental piauiense.

Palavras-chave:

Fazendas. Meio ambiente. Arquitetura. História. Paisagem cultural.

Abstract

The farms established between the 17th and the 20th centuries are, over time, great economic motivators and inducers of the formation of Piauí and, also, of the urbanization of some of the oldest cities in the State. A discussion about culture is sought based on heritage material from the establishment of farms for the formation of urban centers in Piauí. The purpose of this article is to discuss the concepts and the guiding references about the cultural landscape, especially that of Piauí formed by rural core, with peculiar architecture, in line with the social, political and economic aspects that constituted it, in order to contribute to the understanding, development, use and enhancement of the rural environment. It is hoped that this study, basically theoretical and conceptual, contributes to the production of knowledge, offering contributions to the assessment of public, rural and urban, sectoral and specific policies that result in the preservation of the cultural heritage built from the rural environment. This study has bibliographic and exploratory profile and the research is understood as applied, for its dedication to the production of knowledge, in search of actions for the best use of the environment. From the analysis carried out it was verified the relevances of these spaces in the production of places and cultural landscapes that involve thinking about the historical and environmental heritage of Piauí.

Keywords:

Farms. Environment. Architecture. History. Cultural Landscape.

Como você deve citar?

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão; MACHADO, Neli Galarce. As fazendas históricas na formação da paisagem cultural piauiense: conceitos e definições teóricas. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda (RJ), v. 17, n. 48, p. 69-79, abril, 2022.

1 INTRODUÇÃO

A História da paisagem cultural piauiense é, em grande parte, constituída por suas fazendas, sua arquitetura, suas formas de vivência, a percepção do local e as políticas públicas associadas a esses espaços, contribuintes da transformação do meio e da formação das nucleações mais antigas do Estado.

Sabe-se que as dinâmicas sociais e culturais transformam rapidamente e, ainda, radicalmente, o espaço, portanto, nos dias atuais, é de suma importância buscar entendimentos para compreensão de como melhor preservar o meio ambiente através de uma forma de desenvolvimento que consiga manter a sustentabilidade em relação à exploração da natureza. Esses debates envolvem, também, a interação da sociedade com a natureza, os impactos e possibilidades desses resultantes, bem como a preservação das paisagens culturais formadas a partir dessa interação entre homem e meio.

O desconhecimento sobre esses locais e as transformações econômicas e/ou as desativações sofridas tornam o território, antes ocupado por atividades como a pecuária, obsoleto e vulnerável a um processo de reestruturação e incorporação, resultante das novas atividades rurais e urbanas que demandam uma nova espacialidade, colocando a permanência de muitas dessas fazendas em risco.

Esses complexos já tiveram e ainda têm papel importante, não só na economia, mas em outros aspectos de suma relevância, como a transformação do meio ambiente, a ocupação do território, a criação de espaços, o que leva a buscar entender as relações diversas, os entendimentos distintos sobre como atuar e usufruir não só desse patrimônio, tão caro para a memória e identidade, mas principalmente do meio ambiente, suscitando questões que envolvem o (re)conhecimento do papel da sociedade com esses bens e qual a sua atuação nesse contexto, que resultam numa paisagem cultural heterogênea e, por isso mesmo, repleta de discussões.

A proteção do patrimônio cultural, assim como da paisagem, não é garantida pelo reconhecimento do poder público, pelo Estado, que não assegura sua preservação e, principalmente, a apropriação por parte de quem usufrui desses bens. Essa questão relaciona-se com aspectos diversos, como as políticas públicas ou ainda com o entendimento sobre conhecimento, sobre Educação Ambiental, que sugere, dentre outros aspectos, processos de aprendizagens que despertam o reconhecimento das histórias, revelando memórias, de forma a não serem perdidas, sem fragilizar os laços sociais e de identidade, nem negligenciar o patrimônio cultural de uma localidade.

Assim, busca-se a discussão sobre paisagem, cultura, sobre o patrimônio material a partir da arquitetura das fazendas, importantes para formação do Piauí, da ordenação desses espaços, dos valores a eles atribuídos. Nesses núcleos rurais, a Arquitetura tem destaque nas casas de fazenda, e os edifícios, como documentos-monumentos (LE GOFF, 1996), contam a história das pessoas e dos lugares, carregam as marcas e as transformações ocorridas ao longo do tempo; possuem valores culturais, sociais, econômicos, políticos; pois, é através de sua arquitetura, que se torna possível perceber a atmosfera sob a qual foram construídos, “[...] a arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos” (ROSSI, 2001, p. 3). A paisagem e a Arquitetura são incorporadas às expressões humanas através da organização espacial. São expressões artísticas e patrimoniais representativas de um passado e apropriadas pelas pessoas.

Desse modo, o objetivo deste artigo é discutir sobre os conceitos e referências norteadoras sobre a paisagem cultural, em especial a do Piauí, formada por núcleos rurais como as fazendas, de arquitetura peculiar, em consonância com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que a constituíram, a fim de contribuir para o entendimento, desenvolvimento, uso e valorização do ambiente rural na

produção da paisagem cultural. Para tanto, faz-se necessário investigar sobre os principais autores a discutir sobre esse tema, permeado por campos disciplinares das Ciências Sociais, como a Arquitetura, a História, a Geografia, o estudo do Meio Ambiente, dentre outros importantes.

Espera-se com este estudo contribua para a produção de conhecimento, oferecendo contributos para avaliação dessas políticas públicas, rurais e urbanas, setoriais e específicas, que resultam na preservação do patrimônio cultural edificado do ambiente rural, espaço desta pesquisa, como também colaborar para que a arquitetura piauiense e sua paisagem cultural sejam mais estudadas e valorizadas, para que os profissionais tenham base, fontes de estudo e pesquisa que possibilitem melhor desenvolvimento dos trabalhos, e, por fim, para que haja maior conscientização quanto à importância da preservação do meio ambiente.

Este estudo tem perfil teórico, bibliográfico e exploratório, pois busca conhecer mais sobre os conceitos norteadores. Quanto à sua natureza, entende-se a pesquisa aqui defendida como aplicada, pois dedica-se à produção de conhecimento, em busca de ações para o melhor usufruto do meio ambiente. Para o melhor entendimento do estudo globalizante do tema, a delimitação da área em questão e os objetos de estudo da investigação maior envolve grande parte do atual Estado do Piauí. As fazendas elencadas na pesquisa e que serviram de objeto para essa reflexão conceitual surgiram, principalmente, a partir de sua ocupação ao longo dos séculos. Esses bens foram escolhidos partindo-se de alguns critérios: ser representativo da atividade econômica desenvolvida no período em estudo, fato que molda as transformações físicas e diversas apropriações no meio ambiente e, desse modo, a paisagem, ao longo do tempo; ser um remanescente arquitetônico ou um exemplar íntegro, posto que, através da materialidade, pode-se compreender melhor outros aspectos, como a organização cultural e social; possuir permissibilidade de acesso, pois a análise *in loco* é de suma importância para compreender a realidade desses espaços hoje. Dessa forma, os cinco exemplares de fazendas trabalhados na pesquisa, quais sejam: Fazenda Água Verde (possivelmente do século XVII, mas somente com registros a partir do século XVIII); Fazenda Serra Negra (possivelmente século XVII e construção e registro do século XVIII); Fazenda Abelheiras (século XVIII e construção do século XIX); Fazenda Paraíso (início do século XX); e, por fim, Fazenda Canel (final do século XX).

Diretamente, para o estudo em nota, a metodologia descrita e a ser utilizada para a elaboração da pesquisa, puramente de fundamentação teórica e de revisão crítica da literatura, busca responder aos diversos questionamentos e, para tanto, são utilizados métodos de pesquisas consubstanciados, principalmente e em primeiro momento, em pesquisa bibliográfica, com consultas em arquivos públicos, particulares, em instituições competentes no entendimento sobre o ambiente rural local e a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico piauiense, e, ainda, a bancos de dados eletrônicos. A pesquisa bibliográfica vem inicialmente, no processo, com o intuito de recolher dados que propiciem a revisão bibliográfica temática e o entendimento, sobretudo da área objeto de estudo, bem como os instrumentos de proteção e gestão do lugar. Busca-se informações para o embasamento do trabalho, dados sobre a arquitetura e a paisagem formada, envolvendo aspectos políticos, sociais e culturais pertinentes ao tema.

No que concerne a isso, o texto apresenta aspectos resultantes do delineamento, temático, como descritores: Arquitetura, História, Geografia e Legislação. A preocupação do levantamento exaustivo bibliográfico e de autores que trataram do tema induziu à elaboração da revisão e do histórico da formação dos primeiros núcleos habitacionais do Piauí até os anos de 1960. O fio que permeia a revisão foi a importância de uma retomada na discussão sobre a proteção dos bens culturais arquitetônicos de áreas rurais no Brasil.

2 A ARQUITETURA E A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS PIAUIENSES

A Arquitetura ocorre, principalmente, desde a sedentarização do homem, ainda no período Neolítico, como definido pela História. É fato que os humanos são apenas uma das muitas espécies animais que constroem, mas diferente dos demais, “[...] a construção humana é um ato consciente, um ato reflexivo, um ato que incorpora inúmeras decisões e escolhas” (ROTH, 2017, p. 3). Assim, é importante compreender o significado da Arquitetura, pois ela é o reflexo da trajetória e da cultura dos mais diversos grupos.

Ao longo do tempo, muitos teóricos buscam esse entendimento. As teorias sobre o que é Arquitetura estão ligadas à identificação de variáveis importantes, como espaço, estrutura ou processos sociais, em termos das quais as edificações devem ser vistas e avaliadas. Dessa forma, nesta pesquisa, intenta-se entender a Arquitetura erigida nas primeiras nucleações, discutindo suas mais variadas condicionantes, que envolvem, então, os aspectos materiais e simbólicos, sempre acreditando na Arquitetura como algo bem maior que um simples abrigo, mas sim como o reflexo das sociedades, como um legado e uma rica fonte de pesquisa para maior compreensão sobre o meio e seu trato para o futuro.

Os edifícios erguidos são grandes responsáveis pela formação do mundo físico e além, podendo ser compreendidos como um imenso livro, pronto para ser explorado e a permitir inúmeras descobertas. Ressalta-se o entendimento da Arquitetura como uma forma de linguagem, considerando os aspectos simbólicos, os sistemas de comunicação, e que, mesmo não sendo verbal, é capaz de expressar inúmeros significados. Desse modo, é preciso saber ler essa produção e, para tanto, é necessário dialogar com a História e com outras disciplinas, como a Antropologia ou Sociologia, a fim de se captar todas as suas nuances.

Quanto à construção da História da Arquitetura, percebe-se, ao longo do tempo, que os teóricos e historiadores debruçaram-se, em sua maioria, na compreensão de edifícios icônicos considerados importantes, como as grandes construções institucionais que exigiram volumosos recursos materiais, financeiros e técnicos, fazendo com que as construções vernáculas fossem deixadas em segundo plano. De acordo com Weimer (2005), o vernáculo, que vem do latim *vernaculus*, foi usado, originalmente, para designar o escravo nascido na casa do senhor, mas hoje o termo é associado à língua ou costumes próprios de uma região. Para ele, “a arquitetura popular, de forma genérica, não faz parte do imaginário dos arquitetos” (WEIMER, 2005, p. 36) e o uso do termo popular exclui a arquitetura erudita, realizada pelas elites, bem como não se liga ao vulgar, ordinário ou trivial. Neste trabalho, ambos os termos são adotados, os dois traduzindo o que é próprio do lugar, o que enraíza e denota tradição. As fazendas, aqui discutidas enquadram-se nesse campo da arquitetura vernácula ou popular e, por muito tempo, sobretudo as do Piauí que não foram conformadas através de um ciclo econômico de grande vulto financeiro, foram marginalizadas no campo da pesquisa.

Destaca-se que a condição moderna está intrinsecamente ligada à modernidade. Para ser moderno, à frente, deve-se inicialmente entender o passado, as referências, para só então ter consciência do que se quer ultrapassar. Ressalta-se a compreensão de que a tradição é constituída no dia a dia e, muitas vezes, não é intencional, pois depende, em muito, da memória. Tradição e memória andam sempre lado a lado. Para Roth (2017), “[...] nossa arquitetura é nossa memória construída; tanto a arquitetura aclamada como a construção anônima são heranças culturais e sociais. Quando removemos qualquer parte dela, apagamos parte da memória, provocando uma gradual lobotomia cultural”.

Assim, a Arquitetura é um dos aspectos mais fortes na construção das memórias, pois trazem a forma. Ao pensar em determinado lugar, a mente humana, em sua maioria, prioriza a forma mural que os espaços possuem, para, em seguida, lembrar outros aspectos, como o odor e o tato. Do mesmo modo

que ocorre ao lembrar-se das pessoas, quando geralmente os rostos são os primeiros a chegar à mente, no ambiente construído, o aspecto formal tem predominância sobre os demais, constituindo a memória.

São elas, as memórias, que ajudam a formar as identidades, portanto, memórias e histórias fornecem dados à História e, juntas, são representações de algo que passou, construções imaginárias de reinvenção do passado (PESAVENTO, 2002). A identidade não existe sem a memória e, para os historiadores, relaciona-se à noção de alteridade e parte do pressuposto que se faz necessário que existam diferentes coisas ou seres com diferentes características, para que se encontrem as diferenças ou semelhanças entre os grupos ou elementos individuais (CARDOSO, MELO, 2013).

Memória e História estão diretamente ligadas à construção do meio ambiente e, assim, à valorização do patrimônio cultural, pois uma das maiores instigadoras da memória são as formas impressas de vida no patrimônio cultural. A forma material, perceptiva, constitui os edifícios, as construções, que, por sua vez, definem a forma urbana. Desse modo, as primeiras fazendas erguidas no Piauí deixaram marcas e formas ainda perceptíveis nos núcleos urbanos que se apresentam hoje.

No Piauí, as primeiras manifestações e incursões vieram, principalmente, a partir do século XVII e XVIII, com a economia pastoril sertaneja, quando teve início o interesse da Coroa em manter a monocultura canavieira no litoral e, assim, houve o deslocamento do criatório de gado para o sertão (BICCA; BICCA, 2008). A pecuária se constituiu na mais importante atividade subsidiária dos engenhos, tornando-se também a principal desencadeadora do movimento que iria povoar vastas áreas do território brasileiro, tanto por seu caráter itinerante inicial, quanto por não necessitar de vultosos investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento e, ainda, por contar com as excelentes pastagens presentes nas grandes extensões de terras disponíveis fora da faixa litorânea (ALVES, 2003).

Como definiu o historiador brasileiro Capistrano de Abreu (1853-1927), surgiu a “Civilização do couro” no “Sertão de Dentro”, em que a pecuária e o Vaqueiro – um misto do colonizador europeu, do escravo negro e do índio catequisado (SILVA FILHO, 2007) – garantiram a estruturação do Piauí. A ocupação rarefeita formou, em um primeiro momento, um deserto pontilhado apenas onde havia a concentração de gado, e, com isso, de alguma população, pois de início, a ausência de núcleos habitacionais não requer grandes igrejas ou colégios e as fazendas piauienses, cujas características marcantes são a simplicidade e adaptabilidade, compostas pelas casas rurais, tornaram-se o marco das transformações no meio ambiente e o embrião para as primeiras vilas posteriormente surgidas.

Para a História brasileira, a casa sempre esteve como um local privilegiado, um espaço delimitado por limites físicos, complexo, onde ocorrem as mais diversas dinâmicas sociais, sendo, ao mesmo tempo, um espaço íntimo e privativo, representado pelos dormitórios, por exemplo, e espaço público, demarcado por áreas, como as varandas. Em casa, as relações se transformam, os comportamentos assumem novas posturas e as relações de poder, muitas vezes, são redirecionadas. Portanto, como afirma Viollet-le-Duc (*apud* ROSSI, 2001, p. 80), “na arte da arquitetura, a casa é certamente o que melhor caracteriza os costumes, os gostos e os usos de um povo”. Por meio das casas de fazendas, é possível entender como o lar, o local de morada, passou a ser o refúgio, o reino da intimidade e, ao mesmo tempo, a expressão de desenvolvimento dos primeiros momentos no Piauí.

Ao longo da história, o meio ambiente foi sofrendo intervenções, sendo construído e, ao mesmo tempo, definindo as funções sociais e as diversas relações. Para Tuan (1983), as pessoas tendem a mensurar seu comportamento quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. O autor defende ainda que a arquitetura ‘ensina’, e que, na falta de livros e instrução formal, a arquitetura torna-se um meio para compreender a realidade.

A partir dos anos 1960 e 1970, os edifícios passaram a ser percebidos por sua importância ambiental. Ao ser construído, torna-se parte do meio, como uma árvore ou uma pedra (ROTH, 2017). É difícil precisar a nascença da cultura humana, o seu despertar. Os seres humanos foram criando instrumentos e ferramentas para transformar o meio a sua volta e criar o ambiente artificial. No Piauí, como em demais lugares, os primeiros núcleos vêm das fazendas que, por sua vez, constituíram as primeiras vilas locais e, com o tempo, formaram cidades. Desse modo, pensar a Arquitetura, o Urbano, o Meio, é conversar com temas interdisciplinares.

3 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NO BRASIL

Até a segunda década do século XX, não havia, no País, por parte do poder público, nenhuma ação voltada para a proteção do que, à época, se entendia como monumentos artísticos e históricos. A exceção estava na criação de museus, que já se configurava em algumas partes do Brasil, desde o início do século XIX; contudo, esses eram espaços reservados para bens materiais móveis. Mas, e os imóveis?

A partir dos anos 1920, regressaram dos seus estudos na Europa vários intelectuais, que, ao chegar ao Brasil e a retornar às suas cidades de origem, começaram a perceber a grande transformação pelas quais essas cidades estavam passando, em função de um processo de industrialização, e que, em busca da modernidade, promovia grandes destruições, principalmente da arquitetura erguida em tempos passados (FONSECA, 2009).

O Movimento Moderno, cuja origem vem da Europa, sobretudo das ideias de grandes mestres alemães, ocorreu majoritariamente entre os produtores e consumidores da literatura e da arte. Eles buscavam romper não só com a tradição estética, mas com o historicismo e uma tradição cultural profundamente enraizada. A princípio, então, parece antagônico o papel desses intelectuais nessa empreitada, mas não se pode esquecer que, como afirma Castriota (2009, p. 14), “tradição e modernidade vão ser, de fato, os polos em torno dos quais vamos situar o fenômeno do patrimônio, tentando mostrar, em vários momentos, a relação complexa e ambígua que eles estabelecem entre si”. Para os modernistas, o rompimento com o passado só tinha sentido em países com tradição nacional internalizada; portanto, eles enveredaram em uma missão social, ou seja, na construção de uma tradição brasileira autêntica (VILLASCHI, 2008).

Os modernistas buscaram a identidade nacional, tornando-se este o tema comum no campo artístico. Estabeleceram uma visão crítica do Brasil europeizado e valorização dos traços primitivos. Na Arquitetura, não foi diferente, e nomes como Lúcio Costa passaram a ser grandes representantes daquele momento. Para ser moderno, precisava-se compreender o que era a verdadeira tradição do País, inclusive, para poder deixar para trás o que não era considerado adequado.

Nesse período, foi instaurado o Estado Novo, um regime político centralizado e autoritário, fundado pelo presidente da República à época, Getúlio Vargas, em 1937, e que durou até 1945. O Estado passou a ser reconhecido como o representante legítimo da nação, entendido como indivíduo coletivo e não mais como um conjunto de indivíduos. Apesar de os muitos danos infligidos por um governo ditatorial, como supressão de direitos, da representação política, da instauração da censura, foi a partir de então que se abriu espaço para os intelectuais modernistas, pois o governo tinha como objetivo colocar o Brasil no rol das nações mundiais e, para tanto, fez-se necessária a criação de uma cultura nacional homogênea, do que eles acreditavam ser a verdadeira cultura brasileira.

Assim, tiveram início as primeiras ações oficiais em busca de se reconhecer e preservar os bens considerados relevantes estética e historicamente no País. Ainda na década de 1920, surgiram as primeiras respostas por parte do poder público, quando os governos estaduais criaram Inspetorias Estaduais

de Monumentos Históricos. Em 1933, Ouro Preto foi elevada à categoria de monumento nacional pelo Decreto número 22.928, a primeira iniciativa em relação à proteção do patrimônio por parte do Governo Federal. Em 1934, na promulgada Constituição Federal, ocorreu uma pequena, mas primeira menção sobre a importância do patrimônio. Também nesse ano, foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, o primeiro órgão de proteção do patrimônio, surgido no Museu Histórico Nacional, e desativado em 1937, pois em um país de dimensões continentais, não foi suficiente (FONSECA, 2009).

Com o intuito de dar seguimento às ações, em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passou a integrar oficialmente a estrutura do MES. Outro problema solucionado foi a questão da propriedade, já garantida na Constituição de 1934 e mantida com o Decreto-Lei número 25, de 1937, elaborado pelo advogado mineiro Rodrigo M. F. de Andrade (1868-1969), e que trouxe a figura jurídica do Tombamento, um instrumento que garante a tutela do Estado sobre os bens históricos e artísticos, sem retirar sua propriedade. Este, ainda nos dias atuais, é um dos meios mais utilizados no País em busca da preservação.

Assim, os primeiros trinta anos de ação do SPHAN foram considerados como a “Fase Heroica” do órgão, quando Rodrigo Melo, seu diretor durante todo esse período, empreendeu uma série de tombamentos no País. Esse primeiro momento é criticado hoje de formas diferentes. Positivamente, pois é considerado um feito a quantidade de bens que passaram a ser protegidos. Negativamente, pelos tipos de bens tombados, que deixava evidente o caráter discricionário dos agentes baseados, muitas vezes, na autoridade e não tanto em estudos ou pesquisas, que eram pouco acessíveis à opinião pública, tendo por prioridade uma proteção baseada na historiografia da época, que incluía bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII; monumentos arquitetônicos, sobretudo os religiosos; a arte do período colonial brasileiro que culminou no Barroco; alguns bens do Neoclassicismo, quando representativos do período Brasil Império; e vários bens modernistas, reconhecidos por serem arte e arquitetura próprias do Brasil e não uma cópia do exterior; por ser uma arquitetura mais barata, rápida, prática, o que condizia com os anseios da época; e, por fim, pelo viés social, acessível a todos (RUBINO, 1996).

Milet (1988) acentua a crítica feita às primeiras ações de preservação, entendendo-as como elitistas. Essa colocação é feita pelo fato de que os bens a ingressar no elenco dos protegidos terminavam por serem bens pertencentes à elite econômica da época e representativos dos momentos referentes ao auge econômico do país, dos chamados “ciclos econômicos representativos”.

[...] evidencia-se a proteção aos lugares em que se concretiza o processo colonizador [...] pode-se pensar que são justamente os lugares monumentais aqueles que melhor correspondem ao ideário dos arquitetos, desde que ali, os padrões formais, em geral dentro dos cânones eruditos, corporificariam a essência do belo, e portanto, a obra de arte [...] No que se refere ao conteúdo do tombamento pelo valor histórico, pode-se dizer que os bens contemplados foram, em geral produtos da experiência cultural da elite econômica, política e intelectual ou ainda locais vinculados a fatos consagrados pela historiografia oficial [...] (MILET, 1988, p. 181-183).

Outro aspecto diz respeito aos agentes responsáveis pela escolha desses bens, pois quem compunha o órgão, à época (o SPHAN), era considerado a elite intelectual, e pautava suas escolhas em maioria pelo viés artístico, em detrimento de outros aspectos importantes, como o histórico. “Com efeito, é tal postura que prevalecerá dentro dos quadros técnicos do SPHAN”; afirma que cabe “aos arquitetos funções e posições decisórias, na medida em que, dentro da divisão de saberes, é atribuído a esses profissionais o domínio da linguagem e cânones artísticos da arquitetura, em particular, e das artes em geral” (MILET, 1988, p. 179).

Dessa forma, enfatiza-se que os primeiros trinta anos de ação para a preservação foram marcados pelo uso do instrumento tombamento, com bens selecionados por poucos e diferenciados agentes, sem a participação popular no processo, e definidos pela exclusão, em maioria, de bens da cultura indígena, negra, e dos bens ecléticos, posto que não representassem as formas do País. Também não

entraram, ainda, bens industriais ou bens rurais, por não conter o apelo artístico tão caro para a época. Rubino (1996, p. 102), ao analisar os tombamentos ocorridos no Estado de Pernambuco, durante a Fase Heroica, afirma que “é fraca a presença rural – uma inscrição – o que é um dado surpreendente: não há engenhos no Estado do autor de Casa Grande e Senzala”, ao referir-se ao escritor brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987).

Para o Piauí, não foi diferente. Ao correr dos anos 1940, veio o pesquisador Paulo Thedim Barreto, que selecionou seis bens para ingresso nos Livros de Tombos da União. Dentre eles, nenhuma fazenda, nenhuma menção aos embriões do Estado, apenas bens representativos do Brasil Colônia, equipamentos de destaque da Coroa, à época, com traços do Barroco ou de uma história grandiosa.

No Brasil, como nas demais partes do mundo, as mudanças chegaram a partir, principalmente, dos anos 1960, 1970. No SPHAN, começam a ingressar outros profissionais, como historiadores, antropólogos e arqueólogos. Foi só então que as ações do órgão passaram a ser mais amplas, atendendo ao novo olhar sobre o que se estava conceituando como patrimônio cultural. No final dos anos 1970 e com a criação de polos como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob os cuidados do designer pernambucano Aloísio Magalhães (1927-1982), volta-se para a imaterialidade e entende-se a relevância de bens representativos da cultura negra e indígena, e do olhar para o conjunto, tendo como premissa o bem em seu entorno. Aos poucos, também passam a ser considerados bens da arquitetura eclética, bens naturais, rurais e industriais. Outro aspecto importante é o crescimento da participação popular nesses processos e a criação de órgãos e legislações locais (estaduais e municipais) (FONSECA, 2009).

Destacam-se as mais diversas formas adquiridas pelo SPHAN a partir de sua criação. Durante todo esse período, o órgão permaneceu à custa de pouco envolvimento nas questões políticas, e de adaptação às mais diversas formas administrativas que lhe eram colocadas, chegando a se chamar em determinados momentos de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); e, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania.

Ressalte-se que, em 1988, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 216, define Patrimônio Cultural e explicita outras diferentes formas de preservação dos bens culturais no País, como o Inventário, o Registro, a desapropriação, a criação de leis específicas e a simples vigilância. Contudo, o que se percebe, sem mesmo uma pesquisa aprofundada, é que ainda nos dias atuais o tombamento é a alternativa mais comum.

No século XXI, deu-se ênfase ao conceito de “Paisagem Cultural”, surgido no século XX, decorrente de estudos sobre a paisagem, a qual, por sua vez, tem sido analisada há vários séculos e, dependendo do campo de pesquisa, pode assumir significados variados. Na Geografia, ela surgiu no processo de interação entre homem e elementos naturais, investigando como a cultura humana, por meio de seus artefatos, a transforma; destacam-se também aspectos subjetivos, elementos simbólicos que formam esse conceito (RIBEIRO, 2007).

A partir de 2009, a Portaria n. 127 estabeleceu a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, entendida como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores, valorizando a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população. Implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre conceitos como Paisagem, Cultura, Espaço e Meio Ambiente, que aborda questões referentes ao patrimônio cultural edificado e a legislação brasileira, com destaque para a área rural e para a paisagem cultural aí presente almeja, também, a preservação dessa paisagem, a partir do entendimento e contemplação da materialidade e imaterialidade dos bens, assim como de suas esferas natural e cultural.

No estudo, que parte da análise do ambiente rural e seu entendimento como patrimônio cultural, busca-se discutir sobre a importância do (re)conhecimento da paisagem como fonte para a história, bem como sua elaboração na produção de memória. Defende-se a ideia de paisagem cultural dinâmica, resultante da relação natureza-homem, em determinado tempo e lugar, constituindo um sistema composto por formas integrantes e interdependentes, sendo, de certa forma orgânica e viva, em constante processo de desenvolvimento e até substituição. Ela se transforma a partir das ações naturais e das ações culturais das sociedades humanas que nela atuam. Contudo, apesar de ser como um sistema, a paisagem é constituída também por valores que a tornam homogênea, coligada, sintônica e única em um conjunto de paisagens.

Para Sauer (1998), a noção de paisagem remete à sua constituição como sistema de partes integradas e interdependentes, conjugando características do ambiente físico e sua apropriação e transformação pelos grupos. Ela torna-se um reflexo do espaço e da história a partir dos fazeres e saberes dos homens, refletindo a organização social, cultural, e ainda, as condições naturais particulares em cada caso, o que gera lugares de símbolos, de sentimentos e das ações humanas, revelando uma experiência coletiva que se enraíza e, ao mesmo tempo, é refletida.

As rápidas transformações sofridas pelos espaços, inclusive os rurais, podem ocasionar perdas no patrimônio natural e cultural, principalmente no patrimônio edificado, o que repercute na paisagem. Sobre essa questão, chama-se a atenção para as políticas públicas hoje praticadas no país, em especial, no Piauí.

No Brasil, a Constituição Federal regulamenta vários instrumentos de proteção, inclusive a simples vigilância e essa análise sobre qual instrumento é melhor em cada caso deve ser feita com cuidado e cautela, entendendo os valores e significados dos bens, das paisagens e das pessoas. Caso os fatores de destaque sejam materiais, provavelmente o tombamento seja o melhor; se a importância recai sobre a imaterialidade, o registro torna-se mais ajustado; por fim, se em determinado local haja bens dotados de singularidades materiais e esses mantêm relação intrínseca com a natureza e a vivência das pessoas, entende-se a chancela de Paisagem Cultural como o mais adequado. Contudo, a obtenção dessas proteções específicas não é fácil e nem célere. Normalmente, para que o Estado confirme um desses instrumentos, além de legislação específica que permita tal feito, é necessário um processo instruído com muitas informações, uma análise cuidadosa, gerando uma demanda de esforço, paciência e tempo grandes.

Desenvolvimento, na atualidade, tornou-se um dos temas mais importantes a ser discutido, sobretudo na produção científica, pois envolve, para além da participação das pessoas, a da sociedade, os mais variados pontos de vista, como buscar soluções para diversos problemas, e, ainda, como cada um pode atuar no seu meio.

Ao se analisar paisagem cultural, discutir sobre o patrimônio, deve-se lembrar de que não são apenas os aspectos materiais que o compõe, que não se deve pensar em manter apenas a dimensão material, mas ainda, seus valores, pois são esses que o caracterizam como representativos de um gru-

po, de um tempo, de uma história. A preservação dos bens patrimoniais, da paisagem cultural, cabe a todos, tornando-se essencial para a evolução da humanidade, para que esta viva de forma harmônica, respeitosa, tanto com a história quanto com a natureza, e siga na busca por liberdade, conhecimento e qualidade de vida.

O tema tratado neste texto está distante de ser extenuado. No entanto, a discussão sobre cenários de paisagem cultural com potente apelo ambiental nos remete a reflexões sobre lacunas na História Ambiental e Patrimonial Brasileira, sobre a História Rural e identidade interiorana de comunidades distantes dos grandes centros comerciais, sobre as “memórias” não lembradas dos antigos trabalhadores escravizados ou não escravizados dessas fazendas e sobre a pouca e desigual legislação patrimonial de bens culturais não tombados e pouco estudados. Assim, como desfecho, sugere-se que novos estudos acerca da memória rural brasileira, tendo a arquitetura histórica e o entorno ecológico, sejam fortemente induzidos em trabalhos futuros para avançarmos na Meta 11.4 da Agenda 2030, a qual pede “o fortalecimento dos esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.36, p.55-76, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13577/12450>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BICCA, Briane Elizabeth Panitz Bicca; BICCA, Paulo Renato Silveira. **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil. In: ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge, Abdo; MIRANDA, Marcos Paulo de Sousa. **Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CARDOSO, Luciene Brito; MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. Educação Patrimonial em Teresina-PI: conhecer para valorizar. **Arquimemória**, 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: 70, 2006.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

FARRELY, Lorraine. **Fundamentos da Arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

FONSECA, Maria Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O Sertão e sua Historicidade: Versões e Representações Para o Cotidiano Sertanejo – Séculos XVIII e XIX. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia (35): 247-265, Jul.Dez.2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MILET, Vera. **A teimosia das Pedras**: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11> Acesso em 08.jun.2021.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra. **Memória, história e cidade**: lugares no tempo, momento no espaço. Uberlândia-MG, v.4, n.4, p.23-35, junho/2002.

RIBEIRO, Marcelo Alves. **Sítio arqueológico Fazenda Água Verde- PI. 2013**. Dissertação (Mestrado) – São Raimundo Nonato-PI.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROTH, Leland M. **Entender a arquitetura**: seus elementos, história e significado. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Iphan, Ministério da Cultura, v. 24 – Cultura e Cidadania, 1996, p. 153-163.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

STROETER, João Rodolfo. **Arquiteturas e teorias**. São Paulo: Nobel, 1986.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILLASCHI, Juca. **Cadernos de Ofício**. Ouro Preto: FAOP, 2008.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.